



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 139726/2015
PROTOCOLO: 71000.045686/2012-58 TIPO DE PROCESSO: Concessão
C.N.P.J.: 10.239.735/0001-26 DATA DE PROTOCOLO: 02/05/2012
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO BENTO VELHO
MUNICÍPIO: MIRABELA UF: MG
ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: A DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 540/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS: Não apresentou todos os documentos
(Documentos pendentes) Ata de eleição; Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.); Nota explicativa

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14
Não está compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução:
art. 3º, II, Lei 12.101/09
Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Não atua na assistência social

Oferta(s)	Usuário(s)	Qualificação usuário
-----------	------------	----------------------

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos

apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não foi analisada a gratuidade por não atuar na assistência social

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO:

Número(s):

VII) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não atua no âmbito da assistência social

Embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 540/2015), os seguintes documentos obrigatórios não foram apresentados: Ata de eleição; Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.); Nota explicativa. Com isso, a análise dos requisitos de certificação presentes na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014 não foi possível.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 28/03/2016

Alessiana Bosch

Alessiana Boschi
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Márcia Carvalho

Márcia Carvalho
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Barbara P. C. Campos

Barbara P. C. Campos
DRSP/SNAS/MDS